



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Giovana Cristina Doin de Moura

**EDITORIAIS DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ (CM) E ÚLTIMA HORA (UH)
SOBRE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS E SUAS MEDIDAS NACIONAIS
DESENVOLVIMENTISTAS: O CASO DA PETROBRÁS.**

FLORIANÓPOLIS, SC.

2023

GIOVANA CRISTINA DOIN DE MOURA

**EDITORIAIS DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ (CM) E ÚLTIMA HORA (UH)
SOBRE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS E SUAS MEDIDAS NACIONAIS
DESENVOLVIMENTISTAS: O CASO DA PETROBRÁS.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Tiago B. Losso.

Florianópolis, SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Doin de Moura, Giovana Cristina
EDITORIAIS DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ (CM) E ÚLTIMA
HORA (UH) SOBRE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS E SUAS MEDIDAS
NACIONAIS DESENVOLVIMENTISTAS: O CASO DA PETROBRÁS. /
Giovana Cristina Doin de Moura ; orientador, Tiago Bahia
Losso, 2023.
48 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Vargas. 3. Editoriais. 4.
Jornal Correio da Manhã. 5. Jornal Última Hora. I. Bahia
Losso, Tiago. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Giovana Cristina Doin de Moura

**EDITORIAIS DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ (CM) E ÚLTIMA HORA (UH)
SOBRE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS E SUAS MEDIDAS NACIONAIS
DESENVOLVIMENTISTAS: O CASO DA PETROBRÁS.**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo curso de ciências sociais.

Local: on-line via zoom. Dia: 15 de Agosto de 2023

Assinaturas:



Documento assinado digitalmente

Rodrigo da Rosa Bordignon

Data: 14/09/2023 10:46:49-0300

CPF: ***.833.810-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do curso de Ciências Sociais

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

TIAGO BAHIA LOSSO

Data: 08/09/2023 08:28:41-0300

CPF: ***.257.309-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof: Tiago Bahia Losso. Dr.

Orientador



Documento assinado digitalmente

Tiago Daher Padovezi Borges

Data: 08/09/2023 08:47:12-0300

CPF: ***.779.468-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof: Tiago Borges. Dr.

UFSC



Documento assinado digitalmente

IVAN ALBUQUERQUE ARAUJO

Data: 08/09/2023 09:22:36-0300

CPF: ***.409.997-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Membro: Ivan Albuquerque. Me.

UFSC

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação a Deus por todas as possibilidades e oportunidades a mim conferidas até aqui, posteriormente a toda espiritualidade amiga, seu Zé e a todos que de alguma forma espiritual ou racional me conferiram algum incentivo contribuindo para a minha permanência.

Agradeço a toda a minha família, minha irmã Ginaini G. D. Moura, minha mãe Ana Paula G. Doin, e meu pai Gilberto de Moura por todos os apoios e incentivos a mim conferidos que apenas através destes foi possível a conclusão dos meus estudos até aqui.

Agradeço ao meu orientador Tiago Bahia Losso que me inspirou e motivou desde o primeiro semestre a seguir a área política do curso através das suas aulas, posteriormente me recebeu no núcleo de pesquisa NEPP e me proporcionou a oportunidade de monitoria; Ainda me orientou na pesquisa de forma relevante, sendo crucial para a finalização desta dissertação.

Agradeço ao Professor Ricardo Virgilino que também me inspirou a seguir na ciência política através da sua matéria e do recebimento e condução no núcleo de pesquisa NEPP, oportunizou bolsa de monitoria e auxiliou nesta dissertação.

Agradeço também ao doutorando Ivan Albuquerque por ter sido além de um colega do núcleo de pesquisa NEPP didático e amigável, um auxiliador de forma voluntária nesta dissertação, sendo também relevante para a conclusão da mesma.

Agradeço ao professor Tiago Borges, pois aceitando ser parte da banca possibilitou minha defesa no dia de hoje e assim minha formatura ainda neste semestre.

Agradeço a minha amiga Lara Nascimento e minha amiga Thaís Somariva que foram cruciais e presentes neste processo acadêmico.

Agradeço a Amaraly por ter me oferecido suporte e sugestões durante a montagem do projeto e a dona Lia por se doar para que eu recebesse auxílio.

Por fim, agradeço ao meu chefe Allan Fonseca que além de me dar conselhos profissionais através da supervisão na Câmara de Vereadores, me autorizou a produzir a dissertação em várias horas livre e me proporcionou crescimento e visibilidade profissional.

RESUMO

Esta monografia pretende analisar os editoriais dos jornais Correio da Manhã e Última Hora de forma bibliográfica e hemerográfica a partir dos editoriais constituídos por estes jornais, especificamente acerca de uma das criações mais polêmicas durante o segundo governo Vargas, a criação da Petrobrás. Este governo seguiu um modelo nacional desenvolvimentismo e um marco disso foi a criação da Petrobrás. Levaremos aqui em consideração a data de proposta e divulgação da criação da mesma em 1951 até a sua efetiva aprovação em 1953. Estes jornais expressavam opiniões político-ideológicas distintas, sendo o jornal Última Hora um órgão “getulista” que tinha por intuito a conciliação do cenário político da época com as medidas varguistas e contou em sua criação com o apoio de Vargas, enquanto o jornal Correio da Manhã era um jornal opositor aos ideais “varguistas” e assim se mostrou desde o período eleitoral e durante toda a gestão de Vargas.

Palavra-chave: Vargas; Editoriais; Petrobrás; Última Hora; Correio da Manhã;

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the editorials of the *Correio da Manhã* and *Última Hora* newspapers in a bibliographical and hemerographic way, based on the editorials published by these newspapers, specifically about one of the most controversial creations during the second Vargas government, the creation of Petrobrás. This government followed a national development model and a milestone was the creation of Petrobrás. We will take into account the date of the proposal and announcement of its creation in 1951 until its effective approval in 1953. These newspapers expressed different political and ideological opinions, with *Última Hora* being a "Getulist" newspaper that aimed to reconcile the political scenario of the time with Vargas' measures and had Vargas' support in its creation, while *Correio da Manhã* was a newspaper opposed to Vargas' ideals and was so from the election period and throughout Vargas' administration.

Keywords: Vargas; Editorials; Petrobrás; *Última Hora*; *Correio da Manhã*;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	9
METODOLOGIA HEMEROGRÁFICA DA PESQUISA-----	12
DESENVOLVIMENTO	
• NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO -----	14
• HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA PETROBRAS NO 2o GOVERNO VARGAS -----	19
• CONTEXTO GERAL DOS JORNAIS BRASILEIRO NA DÉC DE 50-----	21
• IMPRENSA COMO VEÍCULO POLÍTICO NO 2o GOVERNO VARGAS -----	23
• O CASO DA PETROBRAS NOTICIADO PELO JORNAL CM DE 1951 À 1953 -----	28
• O CASO DA PETROBRAS NOTICIADO PELO JORNAL UH DE 1951 À 1953 -----	32
• DIVERGÊNCIAS NAS REPORTAGENS ENTRE OS JORNAIS C.M E U.H: O CASO DA PETROBRAS-----	36
• CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	43
REFERÊNCIAS -----	45

1. INTRODUÇÃO

A análise, por meios hemerográficos, dos editoriais dos jornais Correio da Manhã e Última Hora acerca das medidas nacionais desenvolvimentistas no segundo governo Vargas serão responsáveis por atribuir uma interpretação das coberturas e conflitos jornalísticos, em especial através dos editoriais, na criação da Petrobrás. Será possível assim expor opiniões político-ideológicas distintas, uma vez que o jornal Última Hora era um órgão “getulista” que tinha por intuito a conciliação do cenário político da época com as medidas varguistas, evidenciando suas medidas de forma positiva, enquanto o jornal Correio da Manhã era um jornal opositor aos ideais “varguistas”. Para que isso seja possível, é de interesse analisar as diferentes vertentes interpretadas pelos estudiosos de Vargas, os quais interpretam este momento como um momento Nacional Desenvolvimentista, bem como os dois jornais em questão durante o caso da Petrobrás.

Ainda dentro deste debate, sabe-se que os anos 50 foram marcados por interesses de industrialização de setores específicos da economia, entre eles os combustíveis, proporcionando cada vez mais legitimidade aos políticos que utilizassem esse viés do desenvolvimento. No Brasil desta década a discussão sobre o “ouro negro” ficou cada vez mais evidente, inclusive na nossa literatura, associando este a um fator impulsionador para a “soberania nacional”.

Essas mesmas pautas foram interpretadas pelo setor jornalístico, mas distante de um único ideal econômico-científico, foram trabalhadas através da relevância e poder de persuasão dos mesmos com base em seus respectivos alinhamentos políticos e repassados aos leitores.

O alinhamento político-ideológico vinculado aos jornais proporcionou, no caso da Petrobras, um dos maiores e mais polêmicos embates em relação ao governo. O caráter nacionalista econômico de Vargas foi inclusive questionado pelo setor de imprensa da época.

Entretanto, Vargas possuía um aliado político do ramo, responsável pelo jornal Última Hora. Samuel Wainer, que após entrevistar Vargas, por meio dele conseguiu o próprio jornal e seguiu alinhado à candidatura e posterior ideal político do governo conduzido por Vargas.

Com exceção do Jornal Última Hora, o meio jornalístico adquiriu naquela época um perfil vinculado aos interesses liberais, aos setores privados da economia nacional, sendo um veículo político desse ideal nacional liberal aos leitores da época.

Em contraposição a essa modernização econômica liberal desejada e impulsionada pelos jornais, as medidas propostas e estabelecidas por Vargas tinham como objetivo principal a transformação econômica do Brasil em um país independente. Medidas internas de financiamento e suporte financeiro, privatização do petróleo, proteção de remessa objetivavam essa transformação do país em uma potência, o que diminuiria a necessidade de importação, como no caso da gasolina. Permanecendo com relações internacionais moderadas se priorizava obter financiamento e promover a exportação.

O perfil nacional desenvolvimentista de Vargas, segundo a bibliografia estudada, foi um fator de descontentamento de muitos que defendiam a necessidade de relação internacional ao invés de verem o país com potencial de independência econômica, assim se opunham a limitação de exploração de determinados bens do país, como o petróleo. Esta oposição acreditava que o melhor caminho para o desenvolvimento do país seria através de um bom relacionamento e investimento internacional.

As medidas do segundo governo Vargas iniciaram sendo apoiadas por aqueles que foram seus eleitores, na maioria vindos da classe trabalhadora, porém também a classe industrial que se identificava com as propostas desenvolvimentistas deste governo.

Em um primeiro momento, uma de suas propostas, que era a criação da Petrobrás, vinha com um perfil aberto às relações exteriores, com participação, ainda que limitada, do capital exterior. Essa proposta foi duramente criticada e só foi possível aprovar esse projeto após relevantes modificações no mesmo que faziam da Petrobras um projeto estatal, um monopólio uma vez que o petróleo era considerado um patrimônio nacional, fonte de energia e de desenvolvimento econômico.

A proposta de manter este bem nas mãos do Estado tinha a intenção de garantir o fornecimento do petróleo com baixo custo no território nacional e assim colaborar com o desenvolvimento do país.

O projeto de criação e todas as alterações na proposta da Petrobras estão presentes na análise hemerográfica, uma vez que foram relevantes nas discussões dos dois jornais em questão, sendo veículo político para a promoção de diferentes ideais destes jornais, um aliado do governo Vargas e outro um jornal de oposição.

Tendo em vista essas considerações sobre os jornais opositores, é de interesse desta monografia conhecer e discursar sobre as “manobras políticas” dos mesmos através das publicações feitas a partir de 6 de dezembro de 1951 (Data que se iniciou a discussão sobre a criação da petrobras) até dia 3 de outubro de 1953 (Data de efetiva criação legal da petrobras).

O jornal Última Hora de Samuel Wainer era um defensor do governo Vargas, assim suas reportagens sobre a Petrobrás podem ter indícios de uma estratégia política de defesa e promoção do governo, enquanto o jornal Correio da Manhã era um jornal opositor às medidas do governo.

Assim, a proposta deste trabalho é realizar uma pesquisa hemerográfica trabalhando os editoriais dos jornais Correio da Manhã e Última Hora, especificamente acerca de uma das criações mais polêmicas durante o segundo governo Vargas, a criação da Petrobrás.

Desta forma, é interessante analisar o posicionamento de ambos os jornais e seus debates, a fim de compreender o alinhamento ideológico de ambos e suas relações com as medidas do governo da época, em especial em relação à medida desenvolvimentista que foi a criação da Petrobrás.

2. METODOLOGIA HEMEROGRÁFICA DA PESQUISA

O método desta pesquisa, além de bibliográfico, foi hemerográfico.

Para tal foram consultados os editoriais de dois jornais, sendo eles Correio da Manhã e Última Hora. O período de consulta desses jornais foi limitado entre 1951 à 1953.

Essa limitação de tempo foi ao encontro à proposta da pesquisa, 'Criação da Petrobrás', englobando aqui desde a proposta inicial até o decreto final de criação da mesma. Esses dois jornais foram escolhidos por motivos de serem contrários, um sendo favorável ao Governo Vargas (Jornal Última Hora), inclusive apoiado pelo governo para a sua criação e o outro, como na maioria dos jornais cariocas da época, um jornal opositor. O jornal opositor, Correio da Manhã era inicialmente opositor pelo receio de que se perdessem direitos democráticos no país com a volta de Vargas ao governo e posteriormente por estar alinhado a ideais econômicos liberais e distante dos ideais nacional-desenvolvimentistas de Vargas.

Os jornais foram consultados pela Hemeroteca Digital - BNDigital pelo site bndigital.bn.gov.br. Foram utilizados nove (9) editoriais do Correio da Manhã (RJ) presentes na Hemeroteca Digital, dentre as 3893 ocorrências de menção ao tema, porém algumas de anos posteriores, até 1959 e outras sendo apenas colunas de opinião, assim não consideradas nesta pesquisa. O Correio da Manhã RJ foi escolhido por estar sediado na antiga capital, a fim de selecionar o jornal na cidade em que Vargas estava atuando, mantendo maior proximidade e relevância na pesquisa através de maior delimitação de espaço.

Em se tratando do jornal Última Hora, tivemos 8400 ocorrências, porém grande parte não foi consultada pois na Hemeroteca Digital as reportagens aparecem com margem de 10 anos, sendo essa de 1950 à 1959, também por algumas menções terem sido de colunas de opiniões e não editoriais. Dos materiais consultados, foram selecionados 10 editoriais sobre o tema.

A forma de coleta se deu por leitura, notas sobre os materiais mais relevantes, novas consultas dos mesmos para seleção dos mais alinhados à pesquisa e citação ou menção no trabalho.

Foi optado por uma metodologia hemerográfica, uma vez que a partir do material aqui exposto buscava a compreensão de como se deu o processo da Petrobrás através da mídia da época, assim é de relevância o contato direto com o material para além de interpretações de outros autores, proporcionando ao leitor uma

análise dos fatos como eles se deram, não só uma análise de terceiros, de demais autores.

A pesquisa hemerográfica foi alinhada a pesquisa bibliográfica a fim de contextualizar a importância dos jornais como atores políticos e sociais, formadores de opinião. Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica para agregar as próprias interpretações da pesquisa opiniões terças, expondo assim debates anteriores capazes de complementar, expor ou ainda justificar a minha própria interpretação como autora desta pesquisa.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

A ideia de nacionalismo surgiu da burguesia nacional atrelada ao monarca das épocas imperiais a fim de realizar uma revolução, o que traria como modificação no modelo social o vínculo de diferentes indivíduos de uma mesma nação, sendo eles 'Elite' e 'povo'. Essa relação costuma ser baseada na contradição entre conflitos e cooperações. A cooperação se fazia, e faz, presente nas questões de interesses comuns a todos os cidadãos, tendo por instrumento eficaz o Estado, o qual estabelece os papéis sociais e as intermediações, sendo a autonomia nacional.

É no modelo nacionalista que a política valoriza a nação através de todos os setores vinculados ao território, desta ideologia provém o patriotismo e se promove o sentimento de pertencimento cultural. Se propõe a constituição de uma identidade de acordo com a "nação". A preservação cultural é defendida no nacionalismo, o idioma, territórios e demais manifestações culturais.

O Nacionalismo no Brasil pode ser vinculado ao governo Vargas, em seu primeiro governo atrelado ao anticomunismo e autoritarismo e em seu segundo governo atrelado ao desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo também busca uma coesão nacional, porém ele parte do setor econômico e industrial, fazendo com que a revolução aqui desejada seja de cunho financeiro. Tal desenvolvimento seria um modificador da realidade da nação, geralmente subdesenvolvida, transformando essa através de uma série de medidas industriais em uma potência.

O desenvolvimentismo busca promover o acúmulo de capitais através do desenvolvimento produtivo atrelado a um projeto nacional, também fomenta a formação de empresas competitivas e o desenvolvimento científico vinculado à produção, a regulação do comércio e a estabilidade macroeconômica a partir de preços, juros e demais controles da moeda nacional.

As medidas desenvolvimentistas são medidas políticas realizadas com a intervenção do estado no desenvolvimento econômico, visando a industrialização. Em um governo nacional desenvolvimentista o Estado se volta à aplicação de um projeto diretamente centralizado a determinada nação de forma unificada em interesses,

porém esses interesses não são mais apenas sociais, mas sim econômicos e industriais de forma a priorizar o setor não competitivo da economia.

Em oposição a esses modelos, o liberalismo econômico defende a menor intervenção estatal possível na economia do país, participação econômica dos setores privados e participações internacionais. Tal modelo defende a livre concorrência como sendo a melhor forma de desenvolvimento nacional. A intervenção do estado não seria limitada somente no que tange ao incentivo financeiro, ao capital, mas também na fiscalização, taxaço, preços e controle de qualidade, por exemplo. Podemos, então, definir o liberalismo econômico como responsável pela emancipação da economia no local que a mesma se estabelece.

Durante a construção histórica do Brasil, desenvolvimentismo e liberalismo foram duas ideologias predominantes e divergentes que buscavam determinar por qual viés iria ser aplicado o capitalismo do país em questão. Os ideias nacionalistas eram geralmente adotados pela classe burguesa, associada ao seu respectivo monarca e os mesmos em concordância defendiam os ideias nacionais e as revoluções capitalistas. Tais revoluções se davam através do comércio e do ramo mercantil, das revoluções nacionais, formações de estado-nação e revoluções industriais e visavam proporcionar um desenvolvimento.

Foi no modelo nacionalista desenvolvimentista que os países encontraram um veículo nacional para o desenvolvimento, através das revoluções, sendo esse desenvolvimentismo proporcionado com a intervenção moderada do Estado na economia do país. O desenvolvimentismo se apresenta geralmente nos países periféricos, marcados por uma industrialização lenta e tardia.

No nacionalismo a relação sócio-política é de cooperação e conflito, marcada por uma associação básica da elite com seu povo. Tal associação se torna possível porque ela reflete, ou promete refletir, nos interesses comuns entre elite e povo, tornando o Estado uma ferramenta de ação coletiva eficiente e garantidor de uma autonomia nacional. É neste modelo que seus membros possuem a certeza de que o Estado será um garantidor dos interesses do trabalho, conhecimento e do capital nacional e defenderá o desenvolvimento econômico do país.

Quando uma parte considerável das classes sociais não está bem alinhada ao Estado e/ou ao todo social, existe uma tendência de alinhamento desta parcela com a política liberal, possivelmente por uma ameaça externa do Estado ou pela defesa de um projeto nacionalista, em resposta a nação se beneficia da sobreposição à essa

classe social e esta busca a mesma sobreposição por meio do capitalismo liberal, incentivo ao setor privado e a economia externa. É neste momento que temos uma fragmentação de classes e interesses, separadas entre interesses desenvolvimentistas e liberais.

Em se tratando de governo nacional desenvolvimentista, tem-se como referência o segundo governo Vargas. Foi durante este governo que, a exemplo de medidas desenvolvimentistas, Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento, também a Petrobras com o slogan de 'o petróleo é nosso', começou a estreitar as possibilidades no setor automobilístico internacional apenas permitindo a entrada de carros desmontados vindos do estrangeiro, favorecendo as indústrias automobilísticas nacionais. (ALBUQUERQUE, 2015: 12)

Vargas pretendia propor em seu modelo político um amplo desenvolvimento da industrialização nacional a partir de novos blocos industriais, fortalecidos pelo estado e com a mínima participação do capital privado estrangeiro. Segundo Arend (2009) a referida proposta gerou resistência do capital estrangeiro e das agências internacionais de financiamento.

Foi através do BNDES que o governo Vargas encontrou um "combustível" para o seu projeto de desenvolvimento nacional, como através do financiamento de infraestrutura para diversas indústrias e setores agrícolas. Em seus discursos, Vargas alegava que seus projetos de desenvolvimento econômico visavam o fim da 'miséria' no país. Para Vargas a "miséria" vinha de um Estado ausente e este se ausentou principalmente em relação aos trabalhadores, deixando essa classe em grande parte fora do mercado de trabalho. Assim, seria necessário a tomada de medidas por parte do Estado, a fim de evitar maiores descontentamentos e uma revolução, o que preservaria o território como nação coesa. (FILHO, 2013: 856; 858).

O perfil nacional desenvolvimentista tinha como proposta a criação de potências no país, como a Eletrobrás, Petrobrás e toda a preocupação em fomentar por meios políticos o desenvolvimento interno do país, de assegurar e financiar políticas internas a fim de proporcionar uma independência econômica. Como pode ser encontrada na bibliografia posteriormente mencionada, estas medidas trouxeram consequências ao país, afetando as mais variadas áreas.

O projeto de nação e desenvolvimento do Brasil por parte de Vargas desencadeou uma série de respostas e até mesmo revides por parte do mercado internacional, como foi o caso no relacionamento Brasil-EUA. Em um primeiro

momento, enquanto esses projetos não tinham saído do papel, o Brasil continuava aplicando a “política da boa vizinhança” com os EUA. O país estava sendo beneficiado por uma série de empréstimos e investimentos, uma vez que se objetivava um governo parcialmente independente internacionalmente, mas que ainda fizesse uso de investimento e empréstimos internacionais.

O desenvolvimentismo é um ideal político que visa o desenvolvimento, implicando ele no desenvolvimento econômico e social, para isso o mesmo defende uma moderada participação econômica do estado. Esta participação econômica tem por intuito a promoção da industrialização junto a uma estratégia nacional de desenvolvimento pensada pelo mesmo. Assim, o desenvolvimentismo está relacionado ao nacionalismo econômico, ideal político muito presente no Segundo Governo Vargas.

Essa ideologia adotada pelo início do Segundo Governo Vargas é uma ideologia que defende os interesses nacionais, porém ambiciona o desenvolvimento industrial, então propõe uma relação com o mercado estrangeiro marcada por competição e cooperação. Uma vez que esse desenvolvimentismo mescla com o nacionalismo no governo Vargas, temos também um interesse de desenvolvimento interno, participação do estado fazendo com que a nação se torne um agente responsável no desenvolvimento econômico. O Estado se torna o primeiro agente responsável pelo desenvolvimento e o mercado o segundo agente. Dentro dessa proposta as empresas privadas ficariam associadas às burocracias e estratégias do estado. Assim temos uma definição de estado desenvolvimentista nacionalista, o que é de interesse para concluir os ideais iniciais defendidos por Vargas anteriormente discutidos neste material.

Neste modelo inicial Vargas apresentava uma preferência pela participação do capital estrangeiro restringida, ainda que concordasse com a participação limitada, porém após as condições da UDN, esse modelo se tornou ainda mais fechado ao capital estrangeiro, excluindo tal participação. Com isso, limitamos também a tecnologia e o desenvolvimento do país em relação aos países centrais e países em cooperação internacional.

“Esse relativo nacionalismo bloqueou parte dos recursos externos, deprimindo o crescimento e evidenciando a dependência financeira e tecnológica da economia brasileira em relação aos países centrais, demonstrando que não seria tarefa trivial enveredar pelo caminho de um desenvolvimento relativamente autônomo.” (ALBUQUERQUE, 2015 .p.12)

Como vimos na citação anterior, o modelo fechado de economia acabou sendo negativo, pois foi responsável por provocar cortes nos investimentos e empréstimos vindos do exterior e em um país em desenvolvimento essa participação internacional se torna relevante, dificultando um desenvolvimento eficiente quando esse é autônomo.

Porém, a economia Vargasista não tinha por objetivo esse modelo de economia fechado ao capital internacional, mas também não era entreguista, apoiando a participação moderada do mesmo. Vargas, buscava alcançar uma autonomia econômica ao país através de uma nação desenvolvida e independente com um Estado centralizado e planejador. Assim, podemos identificar em Vargas um agente responsável por uma transição de uma república tradicional para um Estado moderno, como afirmou Hermógenes Saviani Filho na citação abaixo.

“A “Era Vargas” constitui-se num conjunto de políticas públicas para o país e no ambicioso objetivo de alcançar certa autonomia política e econômica através de um desenvolvimento nacional independente baseado num Estado forte, centralizado e planejador. Podemos concluir que Vargas foi o homem que sintetizou o processo da complexa transição da República Velha para o moderno Estado brasileiro.” (FILHO, 2013. pg.860).

3.2 HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA PETROBRAS NO 2o GOVERNO VARGAS

A preocupação de Vargas pela pauta dos combustíveis fósseis sempre foi relevante e evidente, então o ex-presidente Vargas apresentou a Assessoria Econômica da Presidência da República (AEPR). Essa pauta era também percebida com grande relevância desde o final do governo Dutra e estava presente nas campanhas eleitorais de Vargas.

Dentro dos motivos econômicos, o consumo de petróleo seguia subindo desde 1945 até 1951, com uma proporção de 20%, ainda era responsável por 13% das importações do país, o que indicava risco de escassez e racionamento.

Foi então no dia 6 de dezembro de 1951 que a assessoria de Vargas apresentou a primeira proposta do que seria a Petrobras. Nesta proposta a Petrobras seria uma empresa de economia mista. Ficaria dentro das suas funções a extração do petróleo e a produção de óleo cru, também seria responsável pela administração das refinarias e frotas dos navios petroleiros do governo.

A assessoria responsável pelo projeto emitiu o projeto para a sua efetiva criação e buscou o fomento para tal nos aumentos de impostos, transferências de alíquotas e participação do setor privado, este último de forma minoritária.

Apesar de estar bem justificado nas questões econômicas do país, o projeto de Vargas teve uma repercussão negativa, segundo MIRANDA (1983) sendo denominado de “entreguista” muito mais do que “nacionalista”. Dentro do congresso, segundo COHN (1968), a ala nacionalista, integrada pelo exército da época, era fortemente contrária. A resposta à campanha “Petróleo é Nosso” foi tratado como apenas um “projeto entreguista” através do Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen), segundo MIRANDA (1983).

Na busca por uma melhor repercussão do seu projeto e a fim de evitar uma rejeição na Câmara CARVALHO (1977) aponta que Vargas fez alterações no modelo inicial a partir de acordos com lideranças partidárias, entre essas alianças o deputado Eusébio Rocha (PTB-SP), tornando a proposta da Petrobras, uma proposta de monopólio estatal, fazendo com que acionistas vindos do meio privado com sócios estrangeiros não pudessem ter participação na mesma. Tal alteração foi liderada pelo deputado Gustavo Capanema (PSD). (WIRTH, 1973)

O governo manteve dentro do setor privado apenas as refinarias e excluiu o comércio atacadista, também garantiu que a União nunca teria menos do que 51% das

ações, conforme as exigências de Capanema. Por outro lado, Vargas exigiu que o nome Petrobras fosse mantido. (WIRTH, 1973)

Isso porque em um primeiro momento, segundo CARVALHO (1977), Capanema apresenta o modelo modificado pela Câmara dos deputados (06 de junho de 1952), chamando a futura empresa de Empresa Nacional do Petróleo (ENAPE), como uma criação detentora do petróleo nacional de forma monopolista sem participação acionista, sem setor privado subsidiário ou mesmo outros capitais privados e substituiria as refinarias dentro do prazo de um ano, proposta essa que o PTB não ousou apoiar.

Segundo COHN (1968, p.165) este novo projeto foi aprovado na Câmara no dia 23 de setembro de 1952, porém foi questionado no Senado pelos parlamentares, levantando uma proposta de alteração que tornasse o projeto economicamente mais “aberto” e liberal, uma vez que este tinha um perfil mais liberal e menos comprometido com o nacionalismo.(COHN, 1968, p. 165).

O projeto foi encaminhado ao Palácio Tiradentes apenas em junho de 1953 sem as emendas liberais propostas anteriormente pelo Senado e finalmente aceito no dia 19 de setembro do mesmo ano. (COHN, 1968, p.165)

Após todos os trâmites com a Câmara e com o Senado, dia 3 de outubro Vargas sancionou a Lei nº 2.004 instituindo a “Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.”, tratando da oficial criação da empresa mista responsável pela exploração do combustível fóssil, reservando o domínio das ações à União, podendo esta fazer uso de todas as etapas industriais do petróleo de forma monopolista, exceto as etapas das refinarias e do setor responsável pela distribuição, anteriormente concedidos.

Neste período a identidade construída por Vargas como um Nacionalista estava fortemente questionada. Foi perceptível o fato de que o projeto final aprovado não foi um projeto que justificava os ideais de Vargas e estava muito mais vinculado às ideias propostas pela Câmara, com predominância dos ideais dos líderes da UDN. Todas as discussões e propostas, desde a proposta inicial, foram bastante repercutidas pelos jornais da época que em grande parte eram “porta-voz” da burguesia nacional, intelectuais e até mesmo classes médias em um processo de modernização dentro dos ideais nacionalistas. (BIELSCHOWSKY, 2000; FONSECA, 1985;)

3.3 CONTEXTO GERAL DOS JORNAIS BRASILEIRO NA DÉC DE 50

No Brasil da década de 50 os jornais se caracterizavam como liberais, porém mesclando a iniciativa pública à iniciativa privada, misturando os direitos das pessoas públicas aos interesses do meio jornalístico, um meio privado. Assim se provocava um contexto tênue entre os direitos questionados pelos setores comunicadores. (CAPELATO, 1988, p. 18)

Neste mesmo período a imprensa estava em um processo de modernização, acompanhada de novas reivindicações sociais. Tal modernização ficava responsável por provocar interesses econômicos liberais, com participação e financiamentos estrangeiros e contrários aos monopólios estatais, assim como apontam Pieranti e Martins (2006).

“A consolidação da Comunicação Social no Brasil acompanhou o desenvolvimento do capitalismo. Cresceu, firmou-se e desenvolveu-se com o nascimento e com o fortalecimento de uma burguesia nacional, acompanhando sua saga brasileira: a formação de pequenos jornais, o fortalecimento desses em momentos de euforia econômica, a criação dos conglomerados do setor e a adequação do cenário empresarial com a imersão do país e do mundo no neoliberalismo. (PIERANTI; MARTINS, 2006, p. 12)

A imprensa neste período tinha “sobrevivido” a um modelo nada democrático e com controle das mídias sociais a partir da censura do Estado Novo. Fato esse que na década de 50 tinha ficado para trás.

No cenário referido tivemos a posse do presidente Getúlio Vargas, o mesmo defendia uma política estatal, nacionalista e desenvolvimentista para o país, o que provocou uma forte oposição da imprensa liberal carioca ao mesmo. (D'ARAÚJO, 1992, p. 29; DELGADO, 2008, p. 146).

Tal oposição foi possível devido ao dinamismo proporcionado à imprensa daquele período com as reformas democráticas no governo e na mídia. A partir deste dinamismo a política se torna como uma mercadoria, que quando vai ao encontro dos

ideais jornalísticos da elite, é repassada de forma elaborada a fim de alcançar e conquistar um maior público, a fim de legitimar a mesma. (D'ARAÚJO, 1988, p. 29).

Os jornais deste período se tornaram ativos políticos e protagonistas dos resultados sociais por meio das disputas de poder. Os mesmos são agentes ativos na sociedade e não somente um resultado das ações políticas e da representação dos coletivos sociais. Como exemplo pode-se constatar o aumento da constância de publicação dos jornais, passando a serem diários e com mais colunas de opinião e mais editoriais. Os mesmos tinham como proposta a contenção das propostas nacionalistas no Segundo Governo Vargas, como aponta Sodré (1983), o que resultou em uma organização promotora de campanha contra toda e qualquer possível medida alinhada ao monopólio estatal.

“O imperialismo cedo percebeu que era imprescindível liquidar a parcela nacionalista da política de Vargas. Para isso, montou, à base das agências de publicidade, gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do petróleo.” (SODRÉ, 1983, p. 400-401).

“Disso resultou uma extraordinária “campanha da imprensa “[...] mobilizada pelas agências de publicidade norte-americanas” contra os defensores do monopólio estatal do petróleo.” (SODRÉ, 1983, p. 400-401)

A partir de todo esse contexto, foi proporcionado um fluxo de informações, em partes negativa pelo excesso, como aponta Debord (1997), entendendo a informação como ultrapassando o limiar “da sua própria abundância”. Este fato pode acabar por corromper a confiabilidade do meio jornalístico, diminuindo sua qualidade e credibilidade.

3.4 IMPRENSA COMO VEÍCULO POLÍTICO NO 2o GOVERNO VARGAS

Os meios de comunicação possuem um grande potencial de propagação de informação e opinião, sendo assim veículos de interesses políticos carregados de interesses particulares. Uma vez que transmitem suas opiniões, são capazes de influenciar na formação de opinião dos seus leitores. Buscam despertar, bem como moldar, a percepção política do seu público leitor de acordo com seus valores e interesses. (CALONGA, 2012:82)

Alinhado a essa afirmação de Calonga (2012) temos a seguinte citação de Carta (2002):

“Jornais, revistas, meios de comunicação em geral apóiam o poder pelo simples fato de que fazem parte dele, são seus instrumentos. Ou por conta, apóiam a si próprios [...] evitam declarar abertamente a sua preferência pelo candidato do poder, embora o sustentem em todas as páginas [...]” (CARTA, 2002, p. 18).

Fica então o entendimento de que os jornais na maioria fazem parte da política, sendo repletos de interesses e ideais políticos-sociais, são além de transmissores da informação, parte do instrumento político. Neles existem preferências a alguns candidatos, porém são capazes de fazer posicionamentos contrários se os políticos em questão proporem ações desalinhadas ao perfil econômico, político e social do jornal.

Podemos considerar uma proximidade tão significativa entre política e mídia a ponto das mesmas se confundirem em seus espaços de ação. Isso porque os meios de comunicação são veículos com alcances extremamente significativos aos coletivos sociais.

Os jornais se utilizavam deste espaço de posicionamento ativo na política partidária com a expectativa de conquistar a legitimação, uma vez que a partir da exposição de opinião, vinculavam suas opiniões ao seu público alvo, indo de acordo e garantindo esta legitimação. Sendo esta sociedade do Segundo Governo Vargas uma sociedade em grande parte voltada aos interesses econômicos liberais, os jornais alinhavam este mesmo ideal e comunicavam com este público, a esfera pública burguesa da época. (GENRO FILHO, 2012, p. 107)

Porém, como afirma Albuquerque (2008), a imprensa sempre esteve além dos interesses de um partido político, tendo papel de moderador dos interesses nacionais e das conseqüentes disputas provenientes das tomadas de decisões políticas entre coletivos, instituições e agentes políticos. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 16)

Com tamanha influência política, muitas vezes pode ocorrer uma distorção dos fatos capaz ainda de tornar a opinião jornalística mais relevante que o próprio fato a partir de sua repercussão.

Tal distorção pode ocorrer a partir da criatividade advinda deste meio junto a difusão de diversas culturas, ideais pessoais dos coletivos sociais proporcionando um ambiente de polarização.

“(...)Os jornalistas também interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante. As notícias têm uma estrutura profunda de valores que os jornalistas partilham, como membros da sociedade, com a sociedade. Como um todo. Como seus membros.” (TRAQUINA, 2005, p. 29)

Apesar de se dar de forma silenciosa, atingindo pouco a pouco seu público leitor, a comunicação em massa atribuída ao meio jornalístico é capaz de promover um estabelecimento de ideais particulares, rompendo “silêncios políticos”. Isso se dá uma vez que constituem aos poucos suas linhas de raciocínio junto a polarização cultural, mas a partir de estabelecidas essas linhas de raciocínio e validadas socialmente, passam a questionar o que há tempos não era questionado. Esses questionamentos capazes de romper “silêncios políticos”, a normalização de ações políticas ultrapassadas e em desacordo com a sociedade da época, são responsáveis por fazer o mundo jornalístico “caminhar” junto à democracia.

O discurso da mídia como um todo não se limita em descrever fatos, mas relatam fatos históricos marcados pela política, disputas de poder, ideologia, cultura e sociedade. Esses fatos ainda são selecionados e alinhados aos ideais e discursos privados da mídia em questão, bem como seu público alvo, conferindo assim ao ocorrido um ‘Estatuto Histórico’.

Como inicialmente mencionado, a imprensa teve um papel de grande relevância no Segundo Governo Vargas, como no caso da Petrobras aqui em questão. Alguns autores chegam a considerar que os jornais foram veículos políticos dos ideais que defendiam, dos seus alinhamentos políticos, classes que representavam e até mesmo partidos. Desta forma podem ter sido muitas vezes intransigentes e sistemáticos, transpondo nas suas reportagens não apenas a matéria sobre os fatos, mas seus ideais políticos na forma que relatavam os mesmos.

Vargas tinha como bandeira a defesa dos interesses econômicos nacionalistas através de ampla intervenção do Estado no terreno nacional, inclusive na economia, ao passo que os jornais da época estavam passando por uma modernização econômica mais aliada ao liberalismo econômico e as políticas públicas que promoviam esse viés da economia no país. Enquanto os jornais defendiam acesso ao capital estrangeiro, Vargas era parcialmente opositor a essa intervenção estrangeira. Apoiava o capitalismo, porém um capitalismo fechado no terreno nacional e com pouca participação estrangeira.

A grande imprensa buscava um modelo político-econômico que não promovesse a participação do Estado na economia nacional, promovendo assim maior circulação e participação estrangeira do capital e das mercadorias de forma liberal e em maior fluxo. A imprensa se mostrou neste período como um veículo político capaz de promover reações sociais, moldando os fatos de acordo com o que convinha para a mesma, promovendo a manutenção do país pela audiência, grupos sociais que alcançava e como os fazia ver cada política pública proposta naquele período. Era a imprensa responsável por promover muitas vezes a insatisfação das classes e a pressão social por adequação das propostas do governo, permitindo neste caso uma maior vantagem ao capitalismo liberal e ao comércio internacional.

Sodré (1983) apontou que desta forma os jornais fizeram um movimento contrário ao Vargas a partir da forma que se utilizavam das palavras em suas reportagens e da interpretação que davam as medidas propostas pelo governo. Segundo o autor, enquanto Vargas buscava uma segurança e independência econômica nacional, os jornais estavam alinhados ao modelo imperial. O autor interpretou a imprensa como comunicadora de um modelo político econômico liberal. Para Sodré (1983) podemos interpretar os jornais da época como responsáveis por uma ação conspiratória contra Vargas.

Sobre o programa do Petróleo, Sodré discorreu com tal afirmação:

“O imperialismo cedo percebeu que era imprescindível liquidar a parcela nacionalista da política de Vargas. Para isso, montou, à base das agências de publicidade, gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do petróleo.” (SODRÉ, 1983, p. 400-401).

Para Sodré (1983), devido a tais ideais contrários ao Governo Vargas, os jornais foram mobilizados pela publicidade Norte-Americana para que realizassem uma campanha intransigente e extrema contra o monopólio estatal. Em um primeiro momento alguns jornais se posicionaram considerando Vargas um “entreguista”, pois parte das ações viria do setor privado e inclusive estrangeiro, outros ainda não apoiavam a significativa participação do estado e alguns se mantiveram neutros. Nesta época tivemos grandes críticas dos defensores do monopólio estatal.

Porém esta campanha não perdurou na íntegra o processo da Petrobras, uma vez que o projeto foi modificado pela Câmara com grande participação da UDN, os jornais precisaram então de um novo posicionamento. Foi neste período que as críticas vieram em grande parte do modelo econômico liberal que os jornais da época assumiram.

Assim, percebe-se que a criação da Petrobras se deu com ampla interferência da imprensa, sendo uma proposta polêmica e com uma relação complexa e dinâmica entre jornais, classes, alinhamentos políticos e o governo em questão. Dentro desta pauta, é de interesse deste artigo acompanhar o posicionamento do jornal Correio da Manhã que, segundo teóricos aqui estudado, foi um jornal opositor. Também é de relevância a esse artigo avaliar a participação do jornal Última hora, constituído e dirigido por Samuel Wainer com o auxílio de Vargas, jornal o qual foi um grande apoiador do Governo Vargas.

3.5 O CASO DA PETROBRAS NOTICIADO PELO JORNAL CM DE 1951 À 1953

O jornal Correio da Manhã se caracterizou como um jornal opositor de Vargas desde antes da eleição do seu segundo governo, inclusive fazendo campanha contrária ao mesmo na eleição de 1950 e apoiando Eduardo Gomes da UDN.

Após a posse de Vargas como presidente, o jornal fez ressalvas ao governo, no receio de um novo golpe de estado por Getúlio. Com o passar do governo, várias situações adversas foram ocorrendo, como inflação e greves e com isso o jornal foi se manifestando de forma mais opositora não mais vinculada ao receio de golpe de estado, mas vinculado a falta de exercício do poder do governo diante de uma crise, como bem cita abaixo.

“O Sr. Getúlio Vargas, por mais que intelectualmente se esforce para manter-se à altura dos tempos, permaneceu, psicologicamente, vinculado a suas experiências anteriores. Conservou, até hoje, a sobrevalorização dos cambalachos de coronéis e das manobras com os empregos e favores públicos. E é por este motivo que mantém as sufocantes tradições burocráticas que centralizam, no presidente da República, os mais insignificantes papéis. Homem do Estado Novo, conservou as ilusões sobre a eficácia da demagogia trabalhista e das promessas mirabolantes.” (Correio da Manhã, 21 de junho de 1953, 1º caderno, p. 04.)

Nessas descrições do jornal, Vargas é associado a um perfil vinculado aos coronéis e até mesmo às práticas não democráticas, como favores políticos e acordos e manobras com empregos.

O jornal Correio da Manhã manteve um perfil contrário ao Governo Vargas, também associando o mesmo a um articulador ambíguo por algumas políticas públicas que ora defendiam os interesses da classe trabalhadora, ora defendiam os interesses das indústrias e ora posicionavam Vargas como Nacionalista. Além de tal posicionamento em particular sobre Vargas, o jornal se manteve totalmente contrário ao monopólio estatal.

Em se tratando da criação da Petrobras, que é de interesse desta pesquisa, o jornal Correio da Manhã inicialmente acolheu a proposta. Vale ressaltar que neste primeiro momento a proposta não era fechada ao capital privado e internacional. Ainda nesta primeira proposta o jornal propôs algumas alterações no modelo, mas sem duras críticas. Muito pelo contrário, o jornal fez ampla cobertura da proposta com elogios, tentando de forma amigável fazer reparos pontuais e apoiar o que não deveria ser modificado, uma vez que para o jornal a proposta apresentava um equilíbrio adequado entre nacionalismo e capital privado a fim de garantir eficácia sem pôr em risco os interesses nacionais do país. (CM-08/12/51-1/4)

Ao passo que a UDN começou a interferir na proposta inicial da criação da Petrobras, o Correio da Manhã se mostrou descontente e contrário, acusando a UDN por demagogia e politicagem, apenas se opondo a Vargas embasado em um ideal que de fato não fora antes defendido pela UDN. Para o CM, o avanço do monopólio estatal era uma ameaça, uma vez que este jornal estava “modernizado” em seu posicionamento político e alinhado aos ideais econômicos liberais das políticas públicas. (CM-11/05/52-1/1) e (CM-17/05/52-1/1)

É interessante constatar que a CM não era totalmente aberta à participação estrangeira nos investimentos da Petrobras. O jornal em questão defendia a participação do capital privado e estrangeiro, porém de forma criteriosa conforme a citação abaixo.

“Sustenta-se, a nosso ver, com razão, que um país pobre como o Brasil deve reservar-se, na medida do possível, os lucros da exploração do petróleo, evitando que o controle privado possa dar aplicação antissocial à indústria petrolífera ou ensejar perigosas interferências de companhias estrangeiras.”
(CM-23/04/52-1/1)

O CM se posiciona defendendo a Petrobras com a seguinte afirmação:

“O projeto da Petrobras, ora no Congresso, tem (o mérito de) libertar o país de sua dependência, em petróleo e derivados, do abastecimento estrangeiro, ao mesmo tempo que visa a canalizar para uma empresa nacional, os lucros da indústria petrolífera.” (“A Petrobras”, CM-20/04/52-1/4).

Também questiona as interferências da Câmara e da UDN indicando um possível excesso do monopólio estatal na economia da nação com a criação de uma estatal de capital misto. (CM-17/04/52-1/4).

Após este período, nos resta o interesse em entender o posicionamento do Correio da Manhã após o governo aceitar modificar o projeto do petróleo o tornando em um monopólio estatal parcial.

O Correio da Manhã se mostrou fortemente opositor a este aceite do governo em relação às modificações na proposta da Petrobras, promovendo críticas extremas ao governo e em especial a Vargas, julgando a mudança de posicionamento do mesmo.

Ainda que criticado, o projeto foi aprovado como monopólio estatal e o jornal se manifestou novamente da seguinte forma:

“Vemos nisso um triste sinal da demissão das elites. Demissão da própria condição essencial delas, para que se constituam ou se legitimem como elites. E, quando as elites não se afirmam, não se impõem, não se fazem valer pela inteligência, pela cultura, pela coragem que lhes dão as próprias virtudes, a democracia está em perigo.”
(CM-15/09/53-1/4)

Por mais que alguns jornais fossem opositores a Vargas, eles utilizavam-se das matérias conforme seus interesses políticos dentro das propostas, sendo possível até mesmo apoiar um governo de oposição, desde que ele propusesse algo de interesse vinculado aos interesses dos jornais e classes que estes representavam. Assim, o Correio da Manhã chegou a se opor à UDN para preservar o projeto do interesse econômico liberal e defender a ideia inicial de Vargas, porém após as alterações o jornal fez duras críticas ao mesmo por ter se desviado das políticas públicas corretas ao país. Assim percebe-se que não existiu uma subordinação política pela parte dos jornais aos seus aliados políticos, mas sim aos ideais políticos por eles defendidos. Ainda não apenas reportando uma matéria, mas sendo veículo político de ideais, porém ideais sem subordinações a partidos políticos. (LAURENZA, 1998; SODRÉ, 1983)

Ainda, segundo GUDIN (1977), o Correio da Manhã não foi totalmente alinhado ao seu ideal liberal, uma vez que aceitou uma certa participação estatal na economia do país, não preservando íntegra a coesão na sua doutrina econômica liberal. O editorial ainda se posicionou sobre esse comportamento da seguinte forma:

“[...] deve-se reconhecer como regra pacífica a possibilidade e, mais que esta, a necessidade do entrosamento entre a intervenção planejadora do Estado e a livre iniciativa das empresas. Somente pela adoção de um plano se pode proceder em prazo curto e em bases econômicas à recuperação de uma economia subdesenvolvida. [...] A primeira tarefa da Comissão de Desenvolvimento Industrial será, portanto, elaborar um plano para a industrialização. Cabe ao governo completar a iniciativa, estendendo o planejamento aos outros ramos da economia, mediante um planejamento geral (“Indústria e planejamento.” CM-15/08/51-1/4)

3.6 O CASO DA PETROBRAS NOTICIADO PELO JORNAL UH DE 1951 À 1953

O jornal Última Hora teve apoio em sua criação por Vargas, uma vez que o mesmo tinha grande número de jornais opositores e nenhum aliado do seu governo. O primeiro exemplar do jornal entrou em circulação no dia 12 de junho de 1951. O mesmo assumiu um compromisso de dar visibilidade e espaço político para Vargas e seu segundo governo, automaticamente através destes abrindo espaço para as classe média baixa, a qual o jornal representaria. (LAURENZA, 1998:53)

“E este será o compromisso que aqui assumimos: corresponder ao que o Sr. Getúlio Vargas de nós espera, com o mesmo entusiasmo e fé que procuraremos não desapontar o mais humilde dos eleitores que o reconduziram à chefia suprema da nação.” (Última Hora, 12/06/1951).

Apesar de a grande maioria dos jornais cariocas da época seguirem um ideal econômico liberal, como já mencionado anteriormente, pode-se fazer uma ressalva ao jornal aqui em questão, UH. Getúlio Vargas em seus interesses trabalhistas e modelo econômico estatal contrariava o modelo jornalístico carioca, indo ao encontro apenas do jornal UH, como o mesmo publicou na reportagem abaixo:

“E este será o compromisso que aqui assumimos: corresponder ao que o Sr. Getúlio Vargas de nós espera, com o mesmo entusiasmo e fé que procuraremos não desapontar o mais humilde dos eleitores que o reconduziram à chefia suprema da nação.” (Última Hora, 12/06/1951)

O jornal Última Hora foi um jornal criado e dirigido por Samuel Wainer e a sua criação veio não só com a sugestão, mas também com o auxílio e interferência de Getúlio Vargas. Sendo assim, temos neste um jornal apoiador de Vargas e por consequência de seu governo. A proposta de Vargas foi de criação de um jornal opositor aos ideais liberais, sendo essa capaz de representar a grande massa social diante da oposição nas mídias.

Na data de criação do jornal Última Hora, Vargas se manifestou através de uma carta comemorando, a qual consta na primeira edição do jornal no dia 12 de junho 1951 o que evidencia o alinhamento do jornal com Vargas. Em se tratando da criação da Petrobras, o jornal foi privilegiado por ser uma “expressão do getulismo”. (WAINER,1993, p.136)

O UH utilizava-se de um linguajar simplificado e compatível com a realidade do seu público, relatando assuntos das favelas, dos trabalhadores, sindicalistas e apenas mencionava as elites de forma crítica e contrário às mesmas. Aliado a esse discurso, o jornal se utilizava de falas anticomunistas, a favor do capitalismo, assim se igualando ao Vargas. Com isso defendia a propriedade privada, as pequenas empresas e a burguesia por trás da mesma, juntamente com a classe operária.

Porém, apesar de tanto, Wainer aponta o jornal como sendo apenas para o povo, representando as massas. Os teóricos tratam o jornal Última Hora como uma arma política do governo, um instrumento aliado ao governo para validá-lo em desacordo com os demais jornais da época opositores ao governo.

O jornal Última Hora estava diretamente ligado à busca de conciliar a imagem de Vargas a eficiência nas demandas políticas minimizando as problemáticas trazidas pelo universo jornalístico. Sendo assim o jornal oferece a pesquisa maior entendimento dos interesses de Vargas, bem como o entendimento das manobras realizadas pelo mesmo para ser um veículo político transmissor destes ideais.

Por meio das reportagens, aqui especificamente da Petrobras, passamos a entender também a relação do jornal com o governo e por fim a divergência deste jornal aos demais ao noticiar o caso da Petrobras, o que faz entender os jornais como capazes não só de passar uma informação, mas colocar seus ideais nela e interpretar de diferentes maneiras uma mesma reportagem, uns a noticiando de forma positiva e outros não, conforme o que buscam que seus públicos pensem do governo em questão.

Nos dias 06 e 07 de dezembro de 1951 o jornal Última Hora começou a noticiar a criação da Petrobras, dia 06 com o título “Vargas convoca o povo para a campanha de libertação” (UH-06/12/51-1/1-R) e dia 07 “Champagne e Whisky pagarão pelo petróleo” (UH-07/12/51-1).

No dia 10 ainda noticia “Governo e povo derrotam os monopólios” (UH-07/12/51-1/1-R). Nesta notícia o jornal busca associar os projetos do Governo Vargas aos interesses do “povo”, ou seja, das camadas populares. Já na manchete do

dia 07 percebe-se uma intenção de enaltecer a majoração de impostos de grandes empresas como parte do financiamento dos gastos da Petrobras. Assim, associa-se a Petrobras a uma aliada das classes trabalhadoras e populares e um prejuízo às elites e empresas integrantes dessa classe industrial/burguesa, as quais inclusive supostamente irão custear o uso da Petrobras ao povo.

Nota-se que o jornal Última hora teve uma pretensão evidente de caracterizar a Petrobras como um meio do governo promover justiça social, o que inclusive reforça o caráter popular de Vargas e defensor do povo. Porém, Samuel Wainer também buscava caracterizar seu jornal como um representante e defensor dos ideais populares. (WAINER, 2003). Ainda, o termo “povo” pode ser interpretado como nação e neste caso ainda noticiar a medida do governo como que liderando aos interesses de toda a nação contra os monopólios estrangeiros do petróleo. Essa estratégia visa interpretar Vargas como uma solução nacional através dos ideais políticos em seu governo.

O jornal chegou a noticiar a medida de Vargas em relação ao Petróleo como a mais racional alegando que através da empresa mista detentora de capital público e privado o poder sobre a empresa reinaria junto a flexibilidade da iniciativa privada. (UH-06/12/51-1/6-BE). Com essa afirmação notamos que o jornal UH era defensor da participação da iniciativa privada.

Para o jornal, a participação da iniciativa privada promoveria maior flexibilidade e menor burocracia. (UH-13/06/52-1/6-BE) Tempo após tal posicionamento do jornal UH o projeto de Vargas mudou, propondo um modelo de monopólio estatal e isso fez com que o posicionamento do jornal até então ficasse contraditório com a nova medida de Vargas. Após noticiar os benefícios de uma empresa mista, agora o jornal precisaria apoiar e noticiar um modelo de empresa estatal para a Petrobras.

A primeira tentativa do jornal foi dar uma nova denominação ao projeto, chamando-o de “monopólio nacional”, diferente dos jornais opositores que chamavam o projeto de “monopólio estatal”. (UH-19/05/52-1/1-E) O jornal também noticiou a aprovação do projeto sem constar que seria uma empresa de monopólio estatal. Após, o jornal UH optou por noticiar a Petrobras como a única solução possível para a criação de uma empresa de petróleo no país, uma vez que existiam resistências da parte da UDN e impasses na câmara ao modelo inicial. Por fim, o jornal Última Hora finalizou apontando que a Petrobras era a resolução de um conflito entre as forças da

lei e entre a política atuante da época, sendo a fórmula média do pensamento político do país. (UH-18/11/52-1/3- R)

Pode-se concluir que diferente de outros noticiários que modificaram suas interpretações ao passo que a Petrobras mudou, o jornal em questão se adaptou para continuar apoiando a aprovação da Petrobras, ainda que ela estivesse contrária às suas primeiras reportagens combatendo o monopólio estatal.

Obviamente não declarou seu apoio a Petrobras como se fosse agora defensor do modelo de monopólio estatal, mas declarou seu apoio destacando a importância dos acordos políticos e como sendo a única solução para que fosse possível enfim a criação da empresa. Desta forma não contrariou o alinhamento político que outrora havia se comprometido. Terminou comemorando a criação da Petrobras como sendo uma vitória do nacionalismo e condenou os jornais opositores da empresa.

3.7 DIVERGÊNCIAS NAS REPORTAGENS ENTRE OS JORNAIS C.M E U.H: O CASO DA PETROBRAS

Primeiramente, sabe-se que no processo de criação da Petrobras existiram embates políticos ideológicos capazes de modificar a proposta inicial. Em um primeiro momento, o “caráter” ideológico de Vargas foi associado ao “entreguismo” por considerar a participação de capital estrangeiro. Esse mesmo modelo deixou um questionamento sobre o ideal político de Vargas partindo da constatação de que ele era, ou ao menos se declarava, um nacionalista. Os parlamentares da bancada nacionalista esperavam e defendiam uma proposta de monopólio estatal e uma vez que o projeto de Vargas não era, ao ver dos parlamentares, nacionalista passaram a denominar Vargas como um “entreguista”.

A partir do momento que o projeto foi modificado tivemos não só um conflito ideológico, como também simbólico no que se tratava deste “caráter” nacionalista de Vargas excluindo a participação do capital estrangeiro do projeto. Em partes ele teve rejeição dos jornais que estavam modernizados e apoiavam uma política econômica liberal, em partes pelos nacionalistas ele continuava sendo visto como “entreguista”, isso porquê o modelo nacionalista foi proposto pela UDN e pela câmara, apenas aceito por Vargas. De fato essas discussões colocaram em xeque a legitimidade política de Vargas.

Podemos ainda nos utilizarmos das interpretações de Pedro FONSECA e Paulo BASTOS para afirmar que o modelo político do Governo Vargas, bem como a criação da Petrobras, seguiam uma proposta nacional-desenvolvimentista buscando ampla participação do estado em um projeto de desenvolvimento nacional, sem entender a iniciativa privada como apta ao planejamento e execução do desenvolvimento, porém aceitando seu capital para fomento do projeto.

“Nacionalismo (...) não significava luta antiimperialista; o que estava em questão era a forma de alinhamento com os Estados Unidos, e a simples proposta de independência nas relações externas (‘independência’ que significava ‘aproveitar brechas’) bastava para ser considerado nacionalista – e, no limite, simpático ao bloco soviético. No contexto da política dominante, este era o nacionalismo possível (e, portanto, historicamente nacionalismo).” (BASTOS, 2006. p.41)

Agora, após concluirmos sobre os aspectos iniciais do Segundo Governo Vargas e sua relação econômica e sobre os impasses iniciais da criação da Petrobrás, podemos concluir sobre os debates entre os jornais Última Hora e Correio da Manhã. Em se tratando do jornal Última Hora podemos concluir que sua linha ideológica não foi simplesmente nacionalista, uma vez que ficou vinculado ao posicionamento de Vargas. Como acompanhamos, este posicionamento variou com as censuras da UDN, colocando o jornal em questão em uma situação de transitoriedade entre os ideais que o mesmo defendia. Apesar da inconsistência no alinhamento do jornal com o modelo econômico misto e o nacionalismo, este termo “nacionalista” foi utilizado de forma apropriativa pelo jornal e pelo governo uma vez que o termo estava com alto valor simbólico a política da época e diferentes grupos sociais que ele defendia.

Para entendermos melhor o posicionamento do jornal Última Hora podemos usar as interpretações de BIELSCHOWSKY (2000). O mesmo classificava o jornal como um desenvolvimentista associado ao setor público nacionalista. A principal bandeira da época para o autor, tanto do governo como do jornal, foi a industrialização planejada e com suporte do capital estatal, porém com participação limitada do capital estrangeiro destinada aos setores de transporte e energia.

É importante ressaltar a relação do jornal com o governo e no geral a relação de imprensa e envolvimento político. Em se tratando da Petrobras, percebe-se um esforço do jornal Última Hora para defender o projeto de criação da empresa e defesa por parte do jornal das tomadas de decisões do Governo Vargas.

É perceptível também que essa associação ao Governo Vargas defendendo o projeto independente das mudanças proporcionou dificuldades ao próprio jornal. Isso

porque as demandas de Getúlio não foram totalmente atendidas pelas casas legislativas, o que fez que Getúlio abrisse mão de alguns pontos importantes do projeto inicial, como mencionado anteriormente. Tais propostas iniciais eram “supervalorizadas” pelo jornal e em acordo com a Câmara Vargas modificou as mesmas, fazendo com que o jornal buscasse seus meios de continuar retratando a matéria sem ser contrário ao governo, mas também sem se contradizer.

Após as modificações o jornal permaneceu apresentando o projeto como sendo algo para o povo, porém encontrou maiores problemas em apresentá-lo como um projeto desenvolvimentista com participação do capital estrangeiro e sem as burocracias de uma empresa estatal, coisa que outrora tinha criticado do modelo estatal para fazer elogios ao projeto de Vargas.

A proposta da Câmara que Vargas aceitou colocou o jornal em contradição com a primeira. Para lidar com tal situação no novo modelo de economia fechada o jornal tomou a postura de não se comprometer totalmente com a ideologia de economia fechada do projeto, apresentando essa como a única forma possível de se ter uma saída política para a concretização da Petrobras uma vez que existiram impasses entre o projeto de Vargas e a Câmara ainda que essa não fosse a melhor proposta.

Portanto, o jornal atendeu às mudanças de Vargas sem criticar a proposta, porém também sem abandonar sua própria ideologia desenvolvimentista, colocando a culpa das alterações nos impasses políticos que dificultaram a preservação do projeto inicial na íntegra.

WAINER (1993) afirma que assim foi possível manter, através do jornal, um caráter não só de um jornal que passa informações ou mesmo segue uma ideologia política, como também um jornal associado ao Governo Vargas em defesa do nacionalismo econômico e dos interesses sociais das “massas”. De tal forma, não só encontrando no governo um aliado, como também construindo um perfil ideológico ao jornal dentro dos ideais nacional-desenvolvimentistas.

Ao passo que esse objetivo se concretiza, o jornal ganha uma identidade política no “mundo jornalístico”. Era assim que o jornal pretendia concretizar sua legitimidade no mundo político, vinculado ao governo, porém mantendo sua coerência doutrinária.

GOLDENSTEIN (1987) afirma que o fator de “sobrevivência” do jornal se deu em seus esforços para manter uma coerência ideológica e doutrinária, sabendo combinar muito bem essa ideologia primária do jornal com as mudanças posteriores do

governo de forma combinatória diante das divergências ocorridas para este jornal atender.

É interessante concluir também que o cenário da década de 50 era marcado por posicionamento político no meio jornalístico formador de opinião e até mesmo doutrinário. Também é interessante constar que esse posicionamento nem sempre estava vinculado a partidos políticos, como no caso do Última Hora, sendo mais comum os jornais ambicionarem a construção de identidade política com base em ideais específicos e capazes de manter seus vínculos com os grupos sociais os quais estes representavam e tinham por audiência.

Também vale constar que Vargas manteve uma resistência inicial de propor um projeto de monopólio estatal por conhecer o cenário da época e recear os embates no senado e no meio jornalístico. Em grande parte os jornais da época assumiram uma ideologia econômica liberal. Para satisfazer tais ideologias o modelo misto seria ideal e evitaria maiores discussões políticas, tanto da parte dos nacionalistas por ter como aliado do governo, e doutrinador desse grupo, o jornal Última Hora, como da parte dos jornais modernizados e apoiadores do capital estrangeiro para desenvolvimento nacional.

O que também cabe concluir nesta pesquisa é o fato de que a UDN passa a modificar seu caráter liberal vinculado aos jornais da época a fim de se manifestar como oposição de Vargas e até mesmo provocar essa repercussão do projeto de Vargas modificado para monopólio estatal. O que, como já era esperado, provocou rejeição de grande parte dos jornais liberais da época.

A partir das interferências da UDN e após termos concluído nossas interpretações sobre o posicionamento do jornal Última Hora, nos resta concluir sobre o posicionamento do jornal Correio da Manhã.

O mesmo se mostrou opositor às modificações iniciais do projeto da Petrobras aceitas por Vargas, assim fazendo duras críticas ao posicionamento de Vargas e em geral ao governo a partir desta mudança.

No momento em que o projeto deu entrada para discussão no Senado o Correio da Manhã se posicionou desta forma:

“A posição originariamente sustentada pelo governo definiu-se a si própria como representando um nacionalismo moderado. Advogava-se o nacionalismo como meio de defesa contra a pressão dos trustes. Mas todos o desejavam moderado, a fim de não privar a iniciativa do capital estrangeiro minoritário.” (CM-21/11/52-1/4)

Apesar das críticas deste jornal, bem como de outros, o projeto foi aprovado com um modelo de monopólio estatal parcial e o jornal novamente se manifestou, alegando que esta decisão representa um sinal de demissões das elites, o que seria também uma condição para que novas elites não se legitimassem. Para o mesmo, quando as elites não se estabelecem a própria democracia corre riscos. (CM-15/09/53-1/4)

Assim, fica perceptível a oposição do jornal Correio da Manhã ao modelo final de criação da Petrobras implantado por Vargas. A mesma se utiliza de seu público para impulsionar descontentamento, bem como na tentativa de interferência política por meio da doutrinação das massas e posterior repressão. Concluimos que o jornal foi um veículo político dos próprios interesses, não vinculado a um partido, mas aos próprios ideais políticos econômicos. Uma vez que o projeto estava dentro do esperado pelo jornal, este o relatou de forma positiva, porém ao se tornar contrário aos ideais políticos do jornal, este se utilizou de seu público de forma a doutriná-los e provocar posterior repressão a fim de ter um “poder” político de interferência.

A partir das observações anteriores, pode-se notar que o cenário jornalístico da época estava dividido entre “entreguistas” e “nacionalistas”. Alzira Alves de ABREU em 1996 decifrou esse termo muito usado na época sobre os alinhamentos políticos no caso da Petrobras como antinacionalistas e nacionalistas. O primeiro grupo defendendo a participação do capital privado e estrangeiro e o segundo grupo defendendo o monopólio estatal na economia do país.

O grupo antinacionalista era composto em grande parte pela elite liberal econômica, defendia a entrada de capital estrangeiro de forma ilimitada e tinham forte alinhamento com os EUA, por esse motivo seus membros eram chamados de “entreguistas”.

Os nacionalistas, por sua vez, defendiam o desenvolvimento econômico do país através do processo de modernização, não promovendo um país dependente de outros, mas protagonista do próprio desenvolvimento. Para tal, viam a necessidade de limitar ou até mesmo fechar a entrada de capital estrangeiro para a promoção do desenvolvimento do país.

Porém o nacionalismo proposto durante o governo Vargas, e por seu jornal apoiador UH, não era um nacionalismo estritamente fechado ao capital estrangeiro, permitindo uma parcela, ainda que limitada, de participação econômica do setor privado e do capital estrangeiro.

Os jornais são, então, material indispensável para a promoção dos ideais políticos e transportam as matérias até seus leitores carregadas de opiniões e ideais vinculados aos mesmos e ao público que os contempla. Têm por intenção, não apenas transmitir uma informação, mas sim transmitir opiniões vinculadas ao jornal e ao grupo que os acompanha.

Os jornais são responsáveis por despertar consciências e modificá-las segundo CALONGA (2012).

CARDOSO (1997) ainda afirma que é preciso entender o contexto político e de ideais dos meios de comunicação para decifrar o embasamento dos mesmos e seus motivos para retratar da forma que retratam cada cenário político e como esses motivos influenciam nas suas expressões jornalísticas.

CALONGA (2012) caracteriza os meios de comunicação não como neutros e transmissores de informações, mas instrumentos de manipulações sociais com grande poder de intervenção nos cenários políticos e nas relações sociais. Sabendo disso, podemos entender como os jornais em questão foram relevantes e também divergentes sobre o caso da Petrobras no Segundo Governo Vargas.

A compreensão de ambos e de suas divergências foi fundamental para proporcionar entendimento dos desdobramentos do cenário político da época, bem como as manobras divergentes dos jornais como veículos políticos transmissores de interpretações diferentes sobre o mesmo cenário, capazes da manipulação e promotoras de reações sociais pelo uso das palavras.

Segundo Jorge Ferreira (2003) a falta de apoio político durante o governo e o processo de criação da Petrobras foi evidente e prejudicial, fazendo com que a oposição ganhasse bastante espaço político sobre o projeto. Além da oposição

jornalística, como no caso do CM, Vargas teve forte oposição da UDN, a qual não tinha compromisso com o governo.

Thomas Skidmore (2007) identifica a UDN como apoiada e sustentada pela oposição jornalística de Vargas. A imprensa, militares e Udenistas marcavam a oposição de Vargas, enquanto por outro lado com apoio do jornal populista UH Vargas tinha o apoio das massas populares, estudantes e sindicatos de trabalhadores.

LAURENZA (1998) trata do jornal UH como um instrumento jornalístico com o objetivo de abrir espaço político para Vargas e sua equipe, bem como para a classe média e baixa urbana, as quais começavam a apresentar força política. Assim, o UH se manteve alinhado com Vargas, seus ideais, mas também com o “povo”, estudantes, trabalhadores e classes sociais médias e baixas, diferente do jornal CM que se manteve alinhado aos militares, UDN, classe média alta como a burguesia industrial.

O jornal UH sendo favorecido por Vargas, teve destaque no jogo econômico e político, o que causou descontentamento nos seus concorrentes que precisavam de estrutura para concorrer com esse jornal de grande público e apoio político.

Enquanto isso, os jornais opositores, favorecidos pela democratização dos noticiários e modernizados pelo liberalismo econômico, optaram pelo alarmismo e sensacionalismo das notícias contra o modelo nacionalista e estatal de Vargas após a interferência da UDN. Este posicionamento se deu em um cenário político desses jornais, como o caso do CM, vinculados aos interesses econômicos privados, interesses os quais esses jornais moldavam e concretizavam no imaginário de seus leitores.

Para Machado (2003) a modernização da imprensa foi algo condicionado pelo desenvolvimento do país. Os jornais passaram a ter liberdade e se tornaram participantes do jogo político de opiniões e até mesmo protagonistas de decisões políticas na disputa de poder por meio da transmissão de ideais, manipulação de grupos sociais e repressão dos governos quando apresentavam propostas em desacordo com os ideais do “mundo jornalístico”. Para o autor os jornais não são reflexo da sociedade, mas sim agentes formadores de opiniões ativos na sociedade.

4. CONCLUSÃO

Em síntese, concluímos que todo o processo desde a proposta até a criação da Petrobras foi marcado por conflitos ideológicos entre o modelo econômico estatal e o modelo econômico liberal a se aplicar na estrutura econômica da empresa. Os debates entraram também no cenário político das casas legislativas, proporcionando alterações no modelo final. Tal modelo não satisfez todas as instituições jornalísticas e seus públicos, provocando repressão por parte da mídia. Mídia essa que se utilizava dos seus ideais para modificar os cenários políticos, doutrinar seus espectadores e não apenas representar ou passar informações.

Assim, tivemos por desfecho uma mídia de um lado insatisfeita com o modelo final da Petrobrás (CM), que apesar das tentativas, não conseguiu alcançar suas expectativas como veículo político que transportava seus ideais aos seus coletivos, porém que tentou fielmente sem abandonar sua ideologia econômica. De outro lado temos uma mídia aliada ao governo que, contudo, manteve sua doutrina política ao continuar apontando o modelo de economia mista como melhor, apesar de encontrar nas palavras outras formas de elogiar o projeto da Petrobrás monopolista estatal como sendo a melhor forma possível de concretizá-lo.

Percebe-se então a capacidade dos jornais de noticiarem um mesmo fato de formas diferentes, por uns uma notícia negativa e por outros a mesma notícia positiva, não apenas relatando um fato, mas sim, depositando suas opiniões e objetivos na matéria a fim de conseguir interferência política pela repressão dos que os contrariam e doutrinação de seus públicos aliados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira A. A imprensa em Transição: O jornalismo brasileiro nos anos 50. FGV, Rio de Janeiro. p.200. 2008.

ABREU, Alzira A. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o Cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. Relume-Dumará, Rio de Janeiro. 1994

ABREU, Alzira A. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. 2. edição. 2001.

ALBUQUERQUE, Alexandre B. Desenvolvimentismo nos Governos Vargas e JK. Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória, ES. 2015.

BARBOSA, Horta. Batalha do Petróleo: artigos publicados na imprensa e Conferência pronunciada no Clube Militar. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

BASTOS, Pedro P. Z. . A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. Economia, Campinas. p. 239-275, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Contraponto, Rio de Janeiro. 4a Edição. 2000

BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL DO BRASIL. Fundo Última Hora digitalizado. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: [Ultima Hora \(RJ\) - 1951 a 1959](#).

BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL DO BRASIL. Fundo Correio da Manhã digitalizado. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: [Correio da Manhã \(RJ\) - 1951 a 1959](#).

CALONGA, Maurílio D. O Jornal e Suas Representações: Objeto ou fonte da História?. Comunicação & Mercado/UNIGRAN, Dourados, MS, vol. 01, Edição especial, p. 79-87. Novembro de 2012.

CAPELATO, M. H. O Consenso Forjado: A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil Hucitec, São Paulo. p.18. 2005

CAPELATO, Maria H. R. Imprensa e História do Brasil. Contexto/EDUSP, São Paulo. 1988.

CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. "História e análise de textos". Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Campus, Rio de Janeiro. p. 536-567. 1997.

CARTA, Mino. Carta Capital escolhe Lula. Carta Capital. p.18. 2a Edição. 02 out. 2002

CARVALHO, Getúlio. Petrobrás: dos Monopólios aos contratos de risco. Forense Universitária, Rio de Janeiro. 1977.

CARVALHO, Celso Jr. A criação da Petrobras nas páginas dos jornais: O Estado de São Paulo e Diário de Notícias. 2005

COHN, Gabriel. Petróleo e Nacionalismo. Difusão Europeia do Livro, São Paulo. Coleção Corpo e Alma do Brasil. 1968.

CUPERTINO, Fausto. Os Contratos de Risco e a Petrobras: O petróleo é nosso e os riscos deles. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Coleção: Realidade Brasileira. 1976.

DAMASCENO, Natália Abreu. As Relações Brasil-EUA na Transição Presidencial Truman-Eisenhower. Tempos Históricos p. 268-291. 2º Semestre de 2015.

D'ARAÚJO, Maria C. S. O Segundo Governo Vargas 1951-1954: Democracia, partidos e crise política. Ática, São Paulo. 1992.

D'ARAÚJO, Maria C. S. As Instituições Brasileiras da Era Vargas. Fundação Getúlio Vargas, UERJ, Rio de Janeiro. p. 212. 1999.

DELGADO, Lucília A. N; FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano: Tempo da experiência democrática. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 9ª Edição, 2020.

DELGADO, Márcio P. Lacerdismo: A mídia como veículo e oposição na experiência democrática (1946- 1964). Locus, Juiz de Fora, Minas Gerais. v. 12. 2008.

DELGADO, Márcio P. O Golpismo Democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da ilegalidade (1949-1964). UFJF, Juiz de Fora. 2006.

FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945 - 1964. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2005.

FILHO, Adelmo G. O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Insular, Florianópolis. 2012.

FILHO, Hermógenes S. 'A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, 3a Edição, p. 855-860, dez. 2013.

FONSECA, Pedro C. D. Nacionalismo e Economia: o segundo governo Vargas. História Econômica do Brasil Contemporâneo. Hucitec, São Paulo. 1997.

FONSECA, Pedro C. D. Vargas: O capitalismo em construção: 1906-1954. Brasiliense, São Paulo, 1989.

FORJAZ, Maria C. E. Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945). EAESP /FGV, Rio de Janeiro, V.24, p.35-46. Setembro de 1984.

GOLDENSTEIN, Gisela. Do Jornalismo Político à Indústria Cultural. Summus, São Paulo. 1987.

GOMES, Ângela C. Vargas e a crise dos anos 50. Relume-Dumará, Rio de Janeiro. 1994.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A Imprensa em transição: O jornalismo Brasileiro nos Anos 50. FGV, Rio de Janeiro. 1996.

LAURENZA, Ana M. A. Batalhas em Letras de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. Editora Contexto, São Paulo. 2008.

LAURENZA, Ana M. A. Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano. SENAC, São Paulo, 2a Edição. 1998.

LEOPOLDI, Maria A. P. L. Política e Interesses na Industrialização Brasileira: As associações industriais: A política econômica e o Estado. Paz e Terra, São Paulo. 2000.

MARSHALL, Leandro. O jornalismo na era da publicidade. Summus, São Paulo. 2003.

MARTINS, Luis C. P. 'Salário, Inflação e Subversão: a visão da grande imprensa do Rio de Janeiro sobre o aumento de 100% do salário mínimo durante o Segundo Governo Vargas'. FURG, *Historiæ*, Rio Grande do Sul. p. 137-152, 2011.

MARTINS, Luis C. P. A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2010.

MARTINS, Ana L. LUCA, Tania R. História da Imprensa no Brasil. Contexto, São Paulo. p. 179-206. 2008.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; Octavio Penna Pieranti. Estado e gestão pública: Visões do Brasil Contemporâneo. FGV, Rio de Janeiro. 2006

MIRANDA, Maria T. O Petróleo é Nosso: a luta contra o "entreguismo" pelo monopólio estatal (1947-1953)(1953-1981). Vozes, Petrópolis. 1983.

MUNHOZ, Sidnei J. ; SILVA, Francisco T. Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI. Eduem, Maringá. 2010.

PEREIRA, Luiz C. B. 'Nacionalismo Econômico e Desenvolvimentismo'. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE. 3a Edição, p. 853-874, dezembro de 2018.

ROMÃO, Lucília M. S. MOREIRA, Vivian L. ARACRUZ e MST: Um confronto de discursividades nas textualizações midiáticas. Pedro & João Editores, São Carlos. 2008.

ROMÃO, Lucília M. S. GASPAR, Nádea R. Discurso Midiático: Sentidos de memória e arquivo. Pedro & João Editores, São Carlos. 2008.

SODRÉ, Nelson W. História da Imprensa no Brasil. Martins Fontes, São Paulo. 1983.

SKIDMORE, Thomas E. De Getúlio a Castelo (1930-1964). Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1975.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Insular, Florianópolis. 2005.

VARGAS, Getúlio. O Governo trabalhista no Brasil. José Olympio, Rio de Janeiro. 1954.

VICTOR, Mario. A Batalha do Petróleo Brasileiro. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1970

VIEIRA, Ricardo Z. Rivalidade Geopolítica e Políticas de Desenvolvimento na Era Vargas (1930-1950). Revista de Economia Política, Rio de Janeiro. 4a Edição, pp. 788-806. Dezembro de 2020.

WAINER, Samuel. Minha Razão de Viver. Record, Rio de Janeiro, 14a edição. 1993.

WIRTH, John D. A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas. Trad. de Jefferson Barata. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1973.